



VI-173 – AVALIAÇÃO DO MONITORAMENTO DOS POSTOS DE SERVIÇOS E COMBUSTÍVEIS DO ESTADO DO CEARÁ – ANO 2007

Magda Kokay Farias ⁽¹⁾

Eng^a Química formada pelo Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Ceará, com especialização em Engenharia de Saneamento Básico pela Faculdade Gama Filho. Técnica da Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial – NUTEC. Ampla experiência na área de gestão ambiental, à disposição da SEMACE para realização de trabalhos relativos ao controle da poluição hídrica e atmosférica, automonitoramento das indústrias e licenciamento de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

André Saboia Silva ⁽²⁾

Graduando em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará – UECE e Estagiário do Núcleo de Análise e Monitoramento da SEMACE.

Maria Marlene da Silva ⁽³⁾

Técnica do Núcleo de Análise e Monitoramento Ambiental da SEMACE.

Lúcia Saraiva Aquino ⁽⁴⁾

Técnica do Núcleo de Análise e Monitoramento Ambiental da SEMACE.

Lúcio Nobre do Nascimento ⁽⁵⁾

Técnico do Núcleo de Análise e Monitoramento Ambiental da SEMACE.

Endereço ⁽¹⁾: Rua Dom Sebastião Leme, 140 – José Bonifácio - Fortaleza - CE - CEP: 60050-160 - Brasil - Tel: (85) 3101 5537 - e-mail: kokayfarias@semace.ce.gov.br

RESUMO

Os Postos de Serviços e Combustíveis monitorados incorporam as atividades de armazenamento e comércio varejista de combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool carburante e gás natural veicular, bem como óleos lubrificantes. As atividades objeto do licenciamento dos referidos empreendimentos são aquelas relacionadas ao armazenamento e abastecimento de combustíveis, bem como à lavagem, troca de óleo e à lubrificação de veículos e as áreas administrativas relacionadas a essas atividades. A metodologia aplicada consiste na composição de 02 (duas) equipes compostas por 02 (dois) técnicos, que se deslocam para os municípios previamente selecionados de acordo com as regiões administrativas e no cadastro da Agência Nacional de Petróleo – ANP. Durante a vistoria é observado se o posto de serviço e combustíveis encontra-se com a licença do órgão ambiental competente dentro da vigência. Os estabelecimentos dotados de lavagem, obrigatoriamente devem apresentar para o seu licenciamento laudo comprobatório das análises físico-químicas e bacteriológica do efluente oriundo do sistema de tratamento, visando a atender aos parâmetros e padrões estabelecidos na Portaria SEMACE Nº 154/2002. No ano de 2007 foram inspecionados 1048 estabelecimentos em todo o Estado, caracterizando um percentual de 66% de postos regulares e 34% irregulares. O grau de poluição que ameaça o meio ambiente e a qualidade de vida das populações é hoje um dos problemas mais graves do mundo moderno, causado por diversos tipos de usuários dos recursos ambientais. A natureza emergencial e localizada dos vários tipos de poluição, tanto urbana quanto rural, torna necessária a execução deste programa como forma de estabelecer normas, métodos e ações preventivas e corretivas que possam controlar o funcionamento dos postos de serviços e seus reflexos sobre a saúde e o bem-estar da população e o meio ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: Resolução CONAMA, NBR, Monitoramento, Contaminação das Águas, Solo e Ar.

INTRODUÇÃO

Visando identificar as fontes poluidoras oriundas dos postos de serviços e combustíveis foi realizado um levantamento com inspeção minuciosa e criteriosa dos sistemas de troca de óleo e de lavagem de veículos, como forma de avaliar a eficiência dos mesmos. Tal eficiência resulta no tratamento dos efluentes, pois os mesmos são dispostos em galeria de águas pluviais em áreas que não dispõem de rede coletora pública de esgoto, solo e sistema de esgotamento sanitário público e/ou individual, onde deverão observar parâmetros e padrões da legislação ambiental vigente, no caso a Portaria SEMACE Nº 154/2002.



O objetivo desse monitoramento teve como primícia levantar e identificar as possíveis fontes poluidoras geradas pelos postos de serviços e combustíveis, bem como disciplinar o licenciamento ambiental dos referidos estabelecimentos e monitorar os efluentes dos sistemas de tratamento das águas residuárias oriundas da lavagem de veículos. No levantamento realizado foram inspecionados 1048 postos de serviços em todo Estado do Ceará.

METODOLOGIA UTILIZADA

A metodologia aplicada consiste das seguintes etapas:

Atividades Prévias

- Elaborar através de consulta à Agência Nacional de Petróleo - ANP, a relação dos postos existentes no Estado do Ceará;
- Elaborar através de consulta no Sistema Integrado de Gerenciamento e Controle Ambiental – SIGA, do órgão ambiental estadual a relação dos postos licenciados pelo mesmo;
- Mapeamento da situação das licenças ambientais (licença expirada / licença em andamento / nunca solicitou licença);
- Distribuir os estabelecimentos conforme regiões administrativas;
- Elaborar dossiês: Cópias das licenças expedidas pelo órgão ambiental estadual / Roteiro de inspeções nas programações semanais de viagem;
- Elaborar "chek list" a ser aplicado no campo;

Atividades de Campo

- Inspecionar todos os postos verificando os requisitos legais;
- Georeferenciar o local;
- Conferir a veracidade dos dados constantes na placa de licenciamento do Posto de Serviço;
- Inspecionar as instalações do estabelecimento;
- Conferir “check list”;
- Inspecionar o sistema de tratamento se houver prestação de serviço com relação à lavagem de veículos, observando onde o efluente é lançado;
- Qualquer irregularidade verificada vai gerar a lavratura de Auto de Constatação, no qual é estabelecido um prazo para correção dos problemas constatados;
- Após decorrido o prazo determinado no Auto de Constatação, é realizada nova inspeção no estabelecimento visando averiguar o cumprimento do Auto lavrado;
- Os processos referentes aos estabelecimentos que cumpriram o Auto de Constatação são encaminhados ao arquivo após serem cadastrados e aqueles que não atenderam aos Autos são encaminhados à Procuradoria Jurídica para adoção das medidas legais cabíveis.

Regularização

- Alimentar o banco de dados a ser implantado no órgão ambiental estadual com relação à situação dos Postos de Serviço existentes no Estado com os seguintes dados a serem disponibilizados:

- Razão Social / Nome de fantasia;

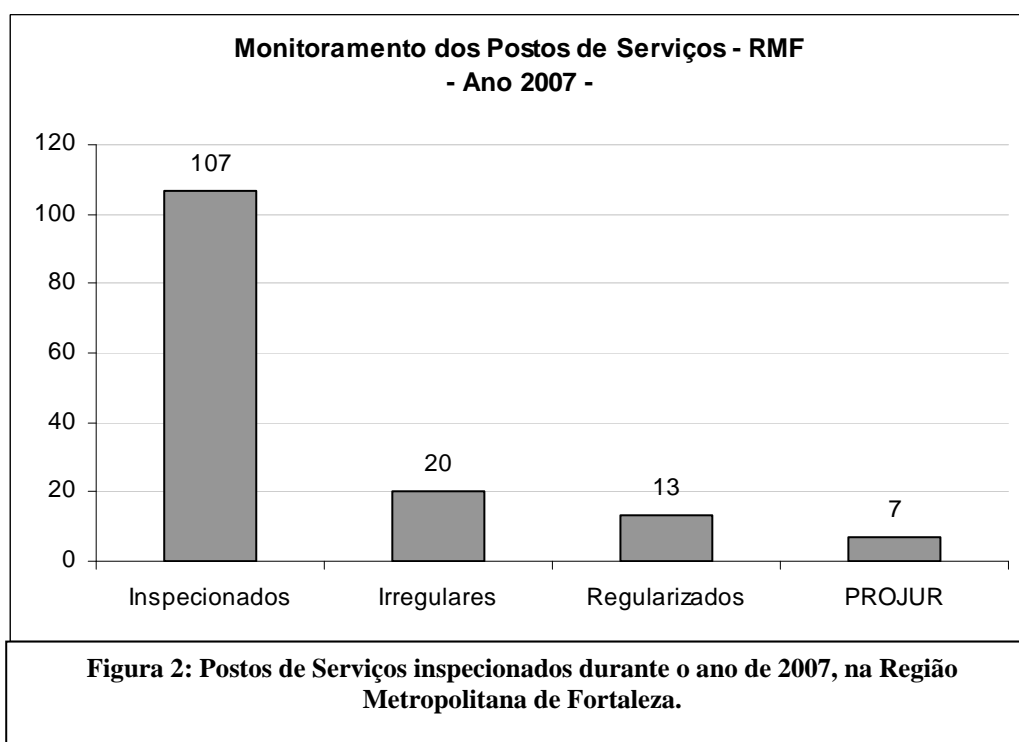
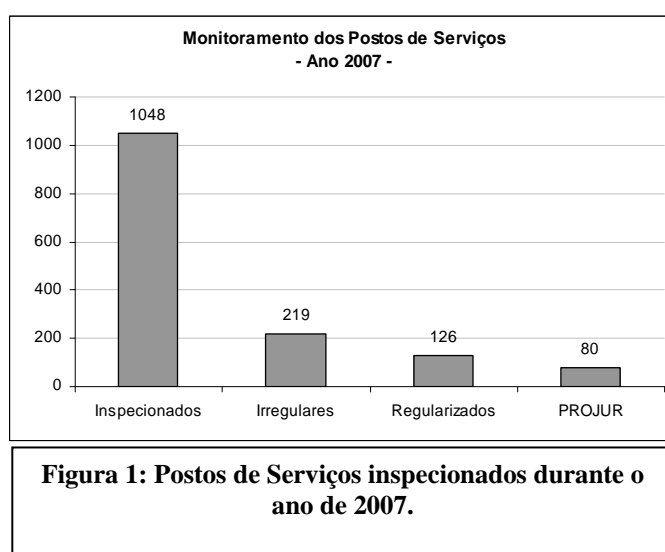


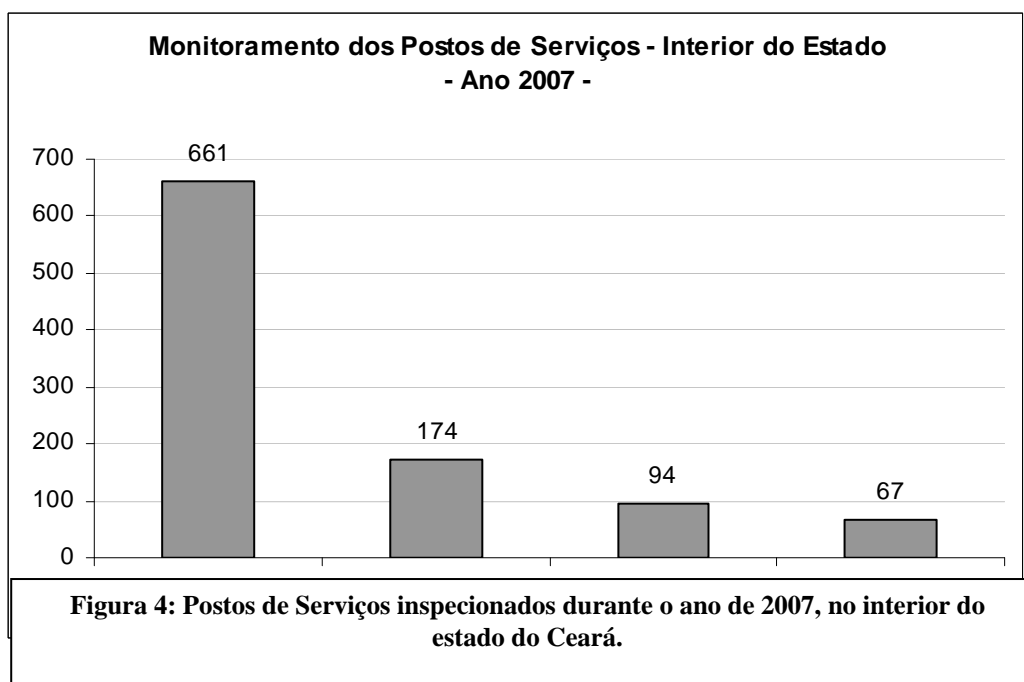
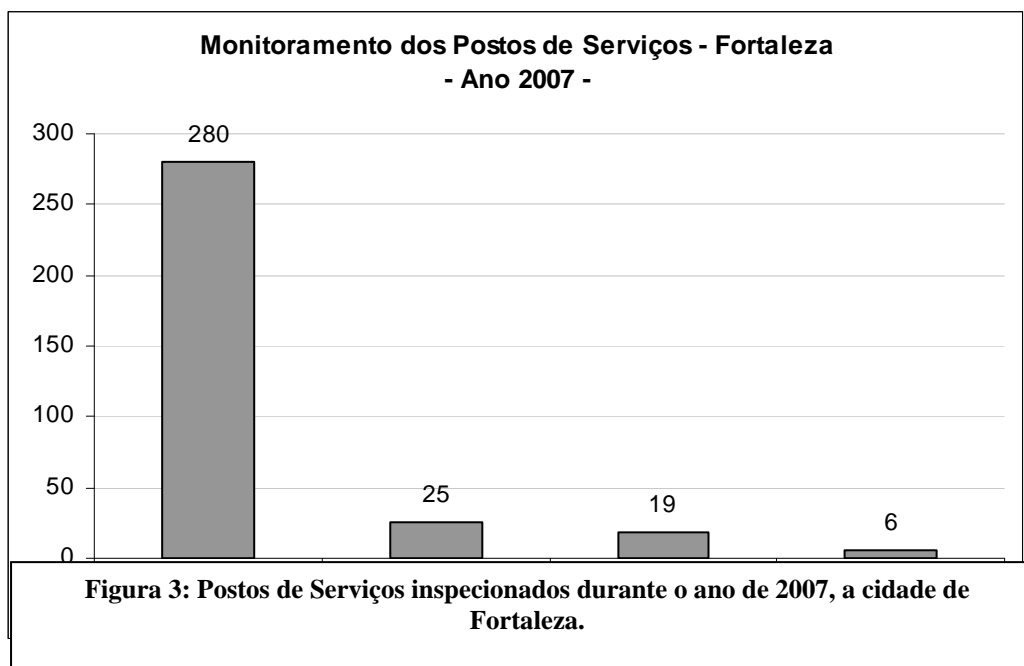
- Endereço;
- N.º licença / prazo de validade;
- Situação;
- Resultado do A.C / Prazo para regularização.

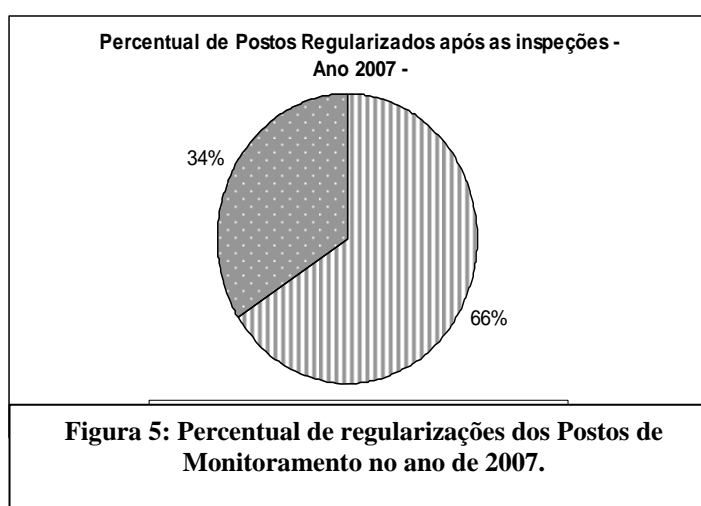
- Comunicar ao Núcleo responsável pelo licenciamento ambiental todos os processos que permanecerem com pendências, pelo não atendimento ao Auto de Constatação.

RESULTADOS

As Figuras abaixo demonstram os resultados do monitoramento dos postos e o percentual de regularização, com 1048 estabelecimentos inspecionados no ano de 2007. Desse total, 219 se encontravam irregulares sendo lavrados Autos de Constatação e 80 não atenderam ao prazo estabelecido nos Autos e foram encaminhados à Procuradoria Jurídica do órgão ambiental estadual.







CONCLUSÕES

O objetivo proposto no Plano de Trabalho do Monitoramento dos Postos de Serviços do Estado do Ceará, executado no ano de 2007, foi alcançado. Foram realizadas inspeções em 100% dos Postos de Serviços existentes no Estado e as irregularidades constatadas geraram lavratura de Autos de Constatação.

O monitoramento resultou na regularização de 67% dos empreendimentos irregulares e aumentou a receita do órgão ambiental estadual através da regularização do licenciamento ambiental, bem como da coleta e análise do efluente final oriundo da lavagem de veículos.

A acelerada degradação dos recursos naturais compromete a qualidade de vida das atuais e futuras gerações e, por outro lado, leva a sociedade a buscar modelos alternativos que harmonizem o desenvolvimento econômico com a indispensável proteção do meio ambiente.

O que se apresenta neste novo cenário é um indicativo de que a proteção ambiental está deixando de ser considerada responsabilidade exclusiva dos órgãos oficiais de meio ambiente, passando a ser compartilhada por todos os setores da sociedade.

Finalmente, cabe salientar que este Programa tem o objetivo de somar esforços para um monitoramento mais eficiente das atividades sujeitas a licenciamento no Estado do Ceará, bem como à construção coletiva de uma sociedade verdadeiramente sustentável, sob fiscalização conjunta da população e dos órgãos ambientais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CEARÁ. Superintendência Estadual do Meio Ambiente. Portaria Nº 154/2002, de 22 de Julho de 2002.
2. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10.004: Resíduos Sólidos – Classificação. Rio de Janeiro, 2004. 71 p.
3. BRASIL. Lei 9.605, de 12 de Fevereiro de 1998 - Disponível sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: http://www.cetesb.sp.gov.br/licenciamento/legislacao/federal/leis/1998_Lei_Fed_9605.pdf
Acessado: 29 out. 2008.